BLOQUEIOS ILEGAIS

Efetivo da PRF sob suspeita

Moraes dá 48 horas para a corporação apresentar a quantidade de agentes que foram mobilizados do dia 30 até ontem

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) informe sobre a evolução, por cada unidade da Federação, do efetivo mobilizado entre 28 de outubro e ontem. Na decisão, ele fixa o prazo de 48 horas para que a corporação preste todas as explicações à Corte.

A nova determinação vem na sequência de outras duas, do mesmo Moraes, por causa da desconfiança de que a PRF atuou, em 30 de outubro — quando se realizou o segundo turno —, para prejudicar os eleitores, sobretudo no Nordeste. Da mesma forma, a corporação está sob suspeita de ter se omitido no momento inicial do bloqueio das estradas por radicais bolsonaristas — e ter deixado que interrompessem o trânsito e prejudicado a economia.

"Determino à Polícia Rodoviária Federal para que informe documentalmente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a evolução, por ente federado, do efetivo policial rodoviário federal mobilizado, em atuação e em pronto-emprego, entre 28 de outubro até a presente data", determinou Moraes.

A PRF também deverá apresentar a origem dos policiais, para onde foram enviados durante a missão e a atuação de cada um. O STF pretende analisar as ações da corporação durante o segundo turno das eleições, no domingo de votação, e nos bloqueios de estradas do país.

"Determino, ainda, que sejam informados os eventuais recrutamentos realizados para o segundo turno das eleições de 2022, devendo haver detalhamento das lotações de origem dos policiais, bem como para onde foram enviados em missão", salienta a decisão.

Secom/STF



Ministro pressiona a Polícia Rodoviária Federal, cuja atuação levanta desconfianças desde o dia em que se realizou o segundo turno de votação

Decisões

Na tarde da última quinta-feira, Moraes ordenou que a corporação apresentasse, em até 48 horas, um relatório de "todas as informações disponíveis sobre a identificação dos líderes, em especial a identificação dos proprietários dos veículos utilizados" nos bloqueios nas estradas. A desconfiança é de que a PRF não esteja punindo os baderneiros pelos bloqueios ilegais e que apenas tenha inventado números para passar a ideia de que está agindo para restabelecer a normalidade.

Os dados da PRF a serem passados ao STF deverão ser utilizados por Moraes para avaliar os casos e decidir pela aplicação de multa judicial, de até R$ 100 mil por hora. Em documento entregue ao Supremo, a corporação informou que já aplicou 3,5 mil multas administrativas por infrações de trânsito desde a última segunda-feira. Afirmou, ainda, que conduziu 37 prisões por crimes como desobediência, incitação ao crime e porte ilegal de arma de fogo.

Nesta semana, o ministro também determinou que PRF e as polícias militares das unidades da Federação desobstruíssem, imediatamente, todas as vias públicas que estivessem com o trânsito interrompido. Ele acusou o diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, de "omissão" em relação aos bloqueios. A decisão de Moraes foi referendada pelo plenário virtual do STF por unanimidade.

Balanço das estradas, divulgado ontem à noite pela PRF, destaca que não há mais bloqueio de estradas e que apenas no Pará (três) e no Mato Grosso (duas) há interdições parciais.

» Gratuidade provoca queda da abstenção

A abstenção no segundo turno da eleição caiu na comparação com a primeira votação, com redução um pouco mais acentuada em cidades que adotaram o passe livre no transporte público. Levantamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aponta que, na porção do eleitorado em que o transporte foi cobrado, a abstenção caiu de 21,25% para 20,90% — 0,35 ponto percentual. Já no caso dos eleitores que tiveram o transporte municipal gratuito, a queda foi de 0,54 ponto porcentual — de 19,63% para 19,09%. Nas localidades em que o transporte metropolitano (entre cidades) teve as catracas liberadas, a ausência recuou de 20,06% para 19,55%, diferença de 0,54. Desde 2002, houve um aumento, em média, de 2,2 pontos percentuais das abstenções de um turno para o outro. Segundo especialistas, a gratuidade do transporte público foi importante para o recuo no total de eleitores faltosos, mas indicaram que a polarização também foi responsável pela maior mobilização do eleitorado.

MPF cobra de diretores mais explicações

O grupo de apoio de procuradores do Ministério Público Federal (MPF), formado para acompanhar os casos dos bloqueios de rodovias no Distrito Federal, recebeu, ontem, uma equipe de dirigentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que foi tentar desfazer as desconfianças de que a corporação se omitiu no bloqueio das estradas. Os agentes são suspeitos de, até mesmo, se juntarem aos bolsonaristas que realizaram manifestações golpistas numa tentativa infrutífera de mudar o resultado da eleição presidencial — vencida pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva.

A procuradoria disse que receberá e analisará os documentos da PRF que registraram as medidas adotadas pela corporação contra as obstruções de rodovias nos últimos dias. "A reunião foi produtiva e conseguiu elucidar dúvidas dos integrantes do Grupo de Apoio Institucional do MPF no DF", informou o órgão por meio de nota.

O grupo do MPF lembrou, ainda, da instauração do inquérito policial para apurar supostos crimes contra o funcionamento das instituições democráticas e prevaricação. Na última quarta-feira, o órgão encaminhou à Polícia Federal (PF) pedido de investigação da postura adotada pelo diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, em 30 de outubro, quando se realizou o segundo turno da eleição. O objetivo é verificar as condutas adotadas pelo chefe da corporação.

Alan Santos/PR



Silvinei foi chamado ao TSE, no dia do segundo turno, para esclarecer a razão das operações no Nordeste

Denúncias

No domingo passado, moradores de vários municípios do Nordeste usaram as redes sociais para denunciar operações da PRF nas estradas da região. Segundo os relatos que faziam, os agentes colocavam barricadas em vários pontos das estradas com o suposto intuito de atrasar o fluxo de eleitores e causar algum impacto no pleito — a região era majoritariamente eleitora de Lula.

Silvinei foi convocado pelo ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a prestar esclarecimentos, e teria garantido que as operações de fiscalização não atrasaram a chegada ao local de votação. O magistrado, porém, mandou suspender os bloqueios e confirmou que, apesar dos atrasos, ninguém deixou de cumprir com o dever cívico.

Segundo o MPF, o inquérito encaminhado à PF deve investigar se os bloqueios realizados pela PRF no Nordeste respeitaram a legislação. "Conforme amplamente divulgado na imprensa, as blitze praticadas pela polícia não atenderam à ordem do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e teriam sido executadas sob orientação de ofício expedido pelo diretor-geral da PRF. Podem ficar caracterizados os crimes de prevaricação e de violência política, previstos nos artigos 319 e 359-P, ambos do Código Penal", salientou o MPF. **(LP)**

Pacheco: tensão cai aos poucos

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avalia que houve, nas últimas 48 horas, "arrefecimento do ambiente de questionamentos" ao resultado das eleições, que deram vitória ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no último dia 30. Ele acredita que o início da transição entre os governos, com sinal verde dado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), vai criar um ambiente de tranquilidade e pacificação até o dia da posse de Lula e do vice, Geraldo Alckmin (PSB), em 1º de janeiro.

"Com a transição já em curso, autorizada pelas duas pontas, o atual e o novo governos, considero que a nossa tendência é do reconhecimento absoluto disso (resultado das eleições). Teremos um ambiente de tranquilidade até o dia da posse, que é algo absolutamente assegurado, não só por mim, mas pela sociedade brasileira", disse, em entrevista à Globonews.

Segundo Pacheco, "no dia 1º de janeiro de 2023, estaremos reunidos no Congresso Nacional para dar posse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao vice-presidente Geraldo Alckmin, e eu espero que isso aconteça em um ambiente de pacificação. É nisso que eu verdadeiramente acredito".

Após a derrota de Bolsonaro, apoiadores do presidente bloquearam estradas federais e fizeram manifestações pelo Brasil para questionar a vitória de Lula. Os protestos incluíam pedidos de intervenção militar — o que é crime segundo a Constituição Federal — e ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pacheco defende o direito de manifestação, mas pondera que os atos vistos nos últimos dias "derivam para ilícito penal" — na última quinta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que os baderneiros que vinham bloqueando estradas e pedindo golpe militar seriam responsabilizados criminalmente.

"Manifestações dessa natureza, que obstam direito de ir e vir, que geram caos e que têm por conteúdo manifestações antidemocráticas, de retorno da ditadura militar, de questionamento da Constituição e questionamento de uma eleição legitimamente feita e que venceu a maioria soberanamente através do voto, isso deriva para algo ilícito, de natureza civil, e de natureza penal", afirmou.

Bolsonaristas hostilizam Barroso em restaurante

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), precisou da ajuda da Polícia Militar depois de ser hostilizado por um grupo de bolsonaristas, na noite da última quinta-feira, em Porto Belo, no litoral de Santa Catarina, enquanto jantava com amigos. Em nota, o gabinete do magistrado disse que ele preferiu se retirar, pois a "manifestação ameaçava fugir ao controle e tornar-se violenta".

"O ministro Luís Roberto Barroso estava em Porto Belo, Santa Catarina, na última quinta-feira, para compromisso pessoal. Quando jantava com amigos em um restaurante, pessoas que participavam de bloqueios de estradas e que foram dispersadas iniciaram um protesto do lado de fora, e o ministro preferiu retirar-se para não causar transtornos aos demais clientes do local", explicou a assessoria do ministro.

Os bolsonaristas gritaram palavras de ordem contra o STF, cantaram o Hino Nacional e afirmaram que o ministro não era bem-vindo. Durante cerca de 20 minutos no restaurante, Barroso foi vaiado, chamado de "comunista", "lixo", "vagabundo" e "ladrão".

"A manifestação ameaçava fugir ao controle e tornar-se violenta, tendo a segurança aventado o uso de força policial para dispersar a aglomeração. Diante disso, o ministro, em respeito à vizinhança e para evitar confronto entre polícia e manifestantes, retirou-se do local", afirmou a assessoria.

Balbúrdia

Segundo a nota, a polícia levou Barroso até a casa onde ele estava hospedado, mas um grupo de bolsonaristas conseguiu segui-lo para continuar a hostilizá-lo. "A equipe de segurança detectou que um grupo identificara o lugar onde ficaria o ministro e começou a convocar outras pessoas para o local, fazendo ruído perturbador para toda a vizinhança e paralisando a circulação nas ruas adjacentes", acrescenta a nota do gabinete do ministro.

Apesar do aborrecimento, Barroso não foi agredido fisicamente e não houve dano material no restaurante. Segundo a polícia, também ninguém foi preso. O magistrado lamentou a situação. "A democracia comporta manifestações pacíficas de inconformismo, mas impõe a todos os cidadãos o respeito ao resultado das urnas. O desrespeito às instituições e às pessoas, assim como as ameaças de violência, não fazem bem a nenhuma causa e atrasam o país, que precisa de ordem e paz para progredir", observou o comunicado do ministro. **(LP)**